

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

É sabido e ressabido, que o único caminho para o Brasil ingressar num período definitivo de estabilidade econômica e social é dotar a população de um nível de educação melhor. Atualmente, parte dos brasileiros tem dificuldades para acessar à educação e mesmo aqueles que freqüentam os bancos escolares recebem uma formação superficial e precária.

O Governo Federal acaba de dar um passo importante na direção de um sistema de ensino mais eficiente, estabelecendo uma matrícula de crianças de seis anos no ensino fundamental regular, um ano antes do que atualmente ocorre.

Os obstáculos de ordem familiar e na própria estrutura de ensino induziram o Ministério da Educação a fixar um prazo de cinco anos para implantação da nova norma.

Doze Estados já adotaram a inovação, demonstrando os desníveis sociais entre as diversas regiões.

O que se pretende é que, de agora em diante, em todos os Estados e não mais em alguns, as crianças comecem a freqüentar a escola a partir dos seis anos. Dependendo dos meios disponíveis em Estados e municípios, sem caráter obrigatório, os denominados jardins-de-infância poderão acolher meninos e meninas desde os quatro ou cinco anos de idade.

Algumas lideranças sindicais denunciam que a iniciativa de alguns Estados em antecipar a matrícula para os seis anos de idade

esconde o propósito de receber mais recursos do Fundef, o que não invalida a iniciativa.

A acusação não fica sem resposta, pois os responsáveis pelo ensino público ressaltam que a ampliação da rede estadual é feita com acompanhamento e debates.

O aumento em um ano do período de ensino básico se refletirá positivamente na formação dos jovens brasileiros e ajudará incontáveis famílias de baixa renda a alimentar os filhos, numa nação em que a merenda escolar é um dos principais vetores que levam os pais a encaminharem a prole ao colégio.

O mundo está repleto de exemplos de países que dispendo de formidáveis fontes de recursos durante longos períodos, não investiram em educação, permanecendo através dos tempos com as mesmas limitações sociais e não se firmando como nação desenvolvida.

Poder público e iniciativa privada têm que somar seus esforços para evitar que isso aconteça também ao Brasil, porque nenhum progresso material substitui a educação e cultura na estruturação de um país verdadeiramente desenvolvido.

Educação é fator de crescimento e desenvolvimento, constituindo-se como prioridade essencial de qualquer governante.

Humberto Martins.